



Janeiro

Senadores da República Tcheca visitaram ontem o Senado e foram recebidos pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves (D), e por integrantes das comissões de Meio Ambiente e de Infra-Estrutura. **6**

Falta acordo para reajuste de aposentadorias

Impasse sobre projetos persiste em reunião do ministro da Previdência com senadores. Nova negociação deve ocorrer na próxima semana. **8**

Lúcia Vânia critica anistia a entidades

Senadora considera "irracional" medida provisória que permite a renovação automática de concessões a entidades filantrópicas. **3**

Conscientização contra uso de drogas pode ter data nacional

Em 26 de junho será celebrado o Dia Nacional de Combate às Drogas, segundo projeto aprovado em decisão terminativa na Comissão de Educação. **2**

Vai a sanção projeto do Senado contra pedofilia

Proposta de CPI, acolhida pelo Senado em julho, foi aprovada ontem sem modificação pela Câmara dos Deputados

O projeto que torna crime a posse de material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes e que aumenta as penas pela prática de delitos relativos à pedofilia só depende de sanção presidencial para virar lei. A

proposição torna mais clara a legislação para coibir produção, venda, distribuição e armazenamento de pornografia infantil. O presidente da CPI, Magno Malta, comemorou a aprovação da proposta. **4 e 5**

Comissão aprova facilidade para legalizar pequeno negócio

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem projeto que institui facilidade para legalização de negócios que

tenham faturamento anual de até R\$ 36 mil. A proposta vai ao exame do Plenário do Senado em regime de urgência. **7**



JFreitas

Adelmir Santana (à esq., ao lado de Renato Casagrande) relatou a proposta na Comissão de Assuntos Econômicos

O Congresso comemorou ontem os 40 anos do Teatro Experimental do Sesc do Amazonas. A homenagem foi requerida por Adelmir Santana. Ao discursar na solenidade, Arthur Virgílio (foto) lembrou a ousadia do grupo que estreou, no período militar, encenando a peça Eles não usam black-tie, sobre uma greve operária. **4**



artur

Proposta, aprovada ontem pela Comissão de Educação, será agora enviada à Câmara. Também foi discutida inclusão do nome de Getúlio Vargas no *Livro dos Heróis da Pátria*

Dia de combate às drogas deve ser em 26 de junho

EM 26 DE junho de cada ano será celebrado o Dia Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes, segundo projeto de lei (PLS 73/08) do senador Paulo Paim (PT-RS) aprovado ontem em turno suplementar pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Fica ainda instituída, de acordo com a proposta, a Semana Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes, que incluirá a data de 26 de junho.

O texto acolhido em decisão terminativa e turno suplementar foi o substitutivo do relator da proposta, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS). Segundo o projeto, o poder público promoverá no período eventos destinados a "conscientizar a população sobre os efeitos danosos causados à saúde, à família e à sociedade pelo uso e pelo tráfico de drogas ilícitas".

Durante a discussão da proposta, Paim relatou que o religioso Frei Davi vem sendo ameaçado de morte, no interior de Santa Catarina, por denunciar a crescente presença de traficantes de drogas em áreas rurais do estado. O principal argumento dos traficantes junto aos trabalhadores rurais, disse o senador, é que eles passariam a trabalhar melhor se usassem drogas.

O senador Flávio Arns (PT-PR) elogiou a aprovação da proposta, observando que a sociedade



Cristovam Buarque (E) conversa com Paulo Paim

passará a contar com uma ocasião adequada para refletir sobre um problema que afeta milhões de brasileiros.

Três projetos de lei da Câmara também foram aprovados pela CE. O primeiro (PLC 62/08), cujo relator foi Eduardo Azeredo (PSDB-MG), denomina Rodovia Feliciano Miguel Abdala o trecho da BR-474 entre Caratinga (MG) e Ipanema (MG). O segundo projeto (PLC 55/08), relatado por Fátima Cleide (PT-RO), institui o Dia Nacional da Ikebana, a ser celebrado em 23 de setembro. O terceiro (PLC 60/08), cuja relatora foi Lúcia Vânia (PSDB-GO), denomina Viaduto Miguel Moreira Braga o viaduto de interseção das rodovias BR-060 e BR-153, em Anápolis (GO).

Vargas

Durante a reunião também foi debatido projeto (PLS 107/08) de Marconi Perillo (PSDB-GO) que inscreve o nome do ex-presidente Getúlio Vargas no *Livro dos Heróis da Pátria*. O relator da proposta, Pedro Simon (PMDB-RS), ressaltou as realizações econômicas e sociais de Vargas e o seu suicídio, em 1954. Em sua opinião, o suicídio Vargas teria evitado uma guerra civil no país.

– Para o povo brasileiro, há muito tempo Getúlio já é um herói da pátria. O que nós faremos aqui é oficializar essa decisão – disse Simon, que foi apoiado pelos senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Paulo Paim.

A comissão acatou ainda dois requerimentos. O primeiro, de Ideli Salvatti (PT-SC), solicita a realização de uma segunda audiência pública sobre o projeto de lei (PLS 83/06) que trata da idade mínima para o trabalho de ator. O segundo, apresentado por Rosalba Ciarlini (DEM-RN), pede audiência sobre as "novas metodologias de ensino". O senador Mão Santa (PMDB-PI) leu voto favorável a projeto de lei (PLS 227/07) de Marco Maciel (DEM-PE) que institui o sistema de residência educacional para professores da educação básica.

Augusto Botelho quer área para Fazenda Esperança em Roraima

O senador Augusto Botelho (PT-RR) pediu ao governador de Roraima, Anchieta Júnior, que disponibilize propriedade rural do poder público para que seja instalada uma unidade da Fazenda Esperança no estado. A Fazenda Esperança, explicou, é uma iniciativa da Igreja Católica para a recuperação de dependentes químicos.

O parlamentar citou notícia publicada pelo jornal *Folha de*

Boa Vista segundo a qual um dos coordenadores da Fazenda Esperança foi a Roraima pesquisar um espaço para a implantação do projeto. De acordo com o parlamentar, os roraimenses procuram atualmente ajuda na unidade de Manaus, que suporta 180 internos, mas tem uma lista de espera de 200 pessoas.

Para se internar na instituição, é necessária a aquiescência do dependente, esclareceu Augus-



Senador explica que instituição age para recuperar dependentes químicos

to Botelho. O tratamento é feito sem medicamentos e os internos participam de cultos e fazem leitura diária da Bíblia.

Alvaro Dias questiona COB no repasse de recursos

Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou requerimento à Mesa do Senado, a ser enviado ao ministro do Esporte, Orlando Silva, em que solicita informações sobre todas as verbas repassadas ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) nos últimos oito anos e como o dinheiro foi empregado.

O senador decidiu pedir as informações levando em consideração reportagem do último domingo do jornal *Correio Bra-*

ziliense que chama a atenção pela forma "arbitrária e pouco transparente" pela qual são distribuídos os recursos obtidos pelo COB. De acordo com o jornal, as pequenas confederações esportivas nacionais acabam preteridas na distribuição das verbas. Alvaro Dias pondera que "os esportes mais abastados", como vôlei, natação, ginástica, atletismo, judô e vela, "são favorecidos, apesar de contarem com patrocínios privados".

– O COB deveria utilizar seus recursos para a democratização do esporte e não para a concentração em alguns grupos de interesse já beneficiados com recursos privados. Essa democratização exige que se passe a priorizar o atleta, e não esses grupos. A chamada meritocracia, metodologia criada pelo COB para premiar bons resultados, é um jogo de cartas marcadas – opinou Alvaro Dias.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pauta trancada por projetos de lei de conversão

Às 10h, o Plenário realiza sessão especial para comemorar o 60º aniversário da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica. Às 14h, inicia-se sessão deliberativa. A pauta está trancada por dois projetos de lei de conversão que reestruturam a composição remuneratória das carreiras de auditor da Receita Federal, auditor fiscal do Trabalho, oficial de chancelaria e assistente de chancelaria.

Garibaldi recebe bancada norte-rio-grandense

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe, às 15h30, a bancada do Rio Grande do Norte. Às 16h, preside sessão deliberativa no Plenário. Às 18h30, participa do lançamento do livro *A escola que vivi – Memórias de um educador*, de João Faustino Ferreria Neto, na Biblioteca do Senado.

Educação discute política para os livros didáticos

Audiência pública, às 10h, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), debaterá as políticas públicas para o livro didático. Entre os convidados, estão representantes do Ministério da Educação. Às 13h, a CE discutirá emendas ao projeto de lei do Orçamento da União para 2009 (PL 38/08-CN). Às 15h, haverá reunião administrativa.

Aspectos constitucionais de Roraima

A Subcomissão da Amazônia debate às 10h, em audiência, os aspectos constitucionais de Roraima. Foi convidado o governador José de Anchieta Júnior.

Emendas para o Orçamento da União

Às 10h, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) vota emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual. Em seguida, analisa, além de projetos, requerimento de audiência pública para debater a regulamentação dos portos.

Podem ser convidados, entre outros, o ministro Pedro Brito do Nascimento, da Secretaria Especial de Portos.

Às 15h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) também debate emendas para o Orçamento.

Na biblioteca do Senado, lançamento de livro

Realiza-se às 18h30, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado, o lançamento do livro *A escola que vivi – Memórias de um educador*, do professor e ex-deputado João Faustino Neto.

CPI das ONGs reúne-se às 11h

A CPI das ONGs realiza, às 11h, reunião administrativa.

CCJ: interrogatório por videoconferência

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina, a partir das 10h, uma pauta com 28 matérias, entre elas projeto que altera o Código de Processo Penal para prever a realização, em caráter excepcional, do interrogatório de acusado preso por videoconferência. Após a reunião deliberativa, os integrantes do colegiado votam as emendas que serão apresentadas pela CCJ ao projeto da Lei Orçamentária Anual (PL 38/08-CN).

Na CAS, projeto que atualiza as aposentadorias

Devem ser discutidas, às 9h30, as emendas oferecidas pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ao projeto de lei orçamentária para 2009. Às 11h, a comissão se reúne para votar dez itens. O primeiro projeto atualiza as aposentadorias e pensões pagas pela Previ-

dência Social e pela União. Também em pauta o projeto que isenta de exame médico-pericial o aposentado maior de 60 anos por invalidez. Outro altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para instituir a licença para capacitação profissional.

CCT debate avanços para a cura do diabetes tipo 2

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realiza às 9h, na sala 13 da Ala Alexandre Costa, audiência para debater os avanços tecnológicos utilizados para a cura do diabetes tipo 2. Às 14h30, a comissão discute emendas ao Orçamento.

CMO volta a se reunir na tarde de hoje

Reunião deliberativa às 14h30 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.



Geacchi/Vegô

Independente, Mesquita Júnior não consegue incluir emendas ao Orçamento

“Governo exige apoio em troca de emenda”

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse ontem que o governo federal espera que ele “se ajoelhe” e cumpra, “sem questionar”, as orientações do Palácio do Planalto, em troca da liberação de suas emendas ao Orçamento da União, que beneficiam a população do Acre.

– Isso eu não vou fazer. O dinheiro das emendas é para o povo do meu estado, e não para mim. Eu não vou me ajoelhar e vou continuar independente. O governo do presidente Lula tem seus méritos, mas comete erros grosseiros como essa discriminação – frisou.

O senador afirmou que vai continuar a informar aos eleitores a situação das emendas que apresentou ao Orçamento. Na semana passada, ele salientou que o governo do PT não aceitava liberar uma emenda de sua autoria que beneficiava a capital Rio Branco, administrada pelo PT. Ontem, Mesquita Júnior observou que uma emenda de R\$ 800 mil em favor de Brasília (AC), cidade também dirigida pelo PT, foi vetada pelo governo.

– A culpa é do governo do PT. Vou continuar independente – declarou.

CDH aprova emendas ao Orçamento para 2009

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou três emendas, no valor de R\$ 944 milhões, a serem apresentadas ao projeto de lei orçamentária para 2009 (PL 38/08-CN).

O maior valor – R\$ 700 milhões – vai para a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. Para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, estão sendo destinados R\$ 175 milhões. Já a Secretaria Especial dos Direitos Humanos receberá um total de R\$ 69 milhões, que serão utilizados na especialização de técnicos e agentes sociais em acessibilidade.

O relator, Geraldo Mesquita Júnior, informou que as proposições selecionadas entre 35 emendas “representam o conjunto de preocupação dos parlamentares que compõem o colegiado”.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) adiou para amanhã a votação de suas emendas ao Orçamento.

1.274 entidades perderiam o título de filantrópicas se processos não fossem julgados até o fim do ano. Senadora entende ser temerário “jogar para o mercado” instituições cujos serviços não são conhecidos

Lúcia Vânia critica MP que anistia entidades filantrópicas irregulares

A SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) criticou a Medida Provisória 446/08, editada no início desta semana com o objetivo de aperfeiçoar o modelo de concessões de benesses tributárias às entidades beneficentes de assistência social. Ela afirmou que, da maneira como foi elaborada, a MP é “uma coisa irracional”.

Lúcia Vânia explicou, em discurso feito ontem, que a medida provisória permite às organizações que apresentaram pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas) a renovação automática do certificado, sem análise detalhada dos processos, e também a extinção dos recursos sobre renovação ou concessão de Cebas ainda não julgados, muitos contendo anomalias.

– Na prática, isso significa que foram



Mocár/Vez

Lúcia Vânia adverte que processos podem ser extintos

extintos os processos existentes no Conselho Nacional de Assistência Social contra entidades que eram investigadas por supostas irregularidades na prestação de contas e corriam o risco de perder o título de entidade filantrópica – explicou.

Segundo a senadora, o governo provavelmente optou pela publicação da MP

por não ter estrutura para julgar rapidamente a quantidade de processos administrativos. De acordo com matéria publicada pelo jornal *Valor Econômico*, afirmou Lúcia Vânia, são 8.515 casos sem decisão envolvendo cerca de R\$ 4 bilhões em tributos, cobrados com a perda do Cebas. Perderiam o título de filantrópicas 1.274 entidades, caso não tivessem seus processos julgados até o fim do ano. Ela disse ser temerário “jogar para o mercado” um grande número de entidades sem saber que serviços prestam.

Em aparte, o senador Eduardo Azevedo (PSDB-MG) criticou a medida e ressaltou que o governo “nivelou por baixo” as filantrópicas por não conseguir combater a “deficiência de rapidez na decisão”.

João Pedro defende direito de índios fazerem o controle seletivo de trânsito

João Pedro (PT-AM) fez em Plenário a defesa da comunidade indígena waimiri-atroari, a qual visitou no fim de semana, acompanhado de uma equipe de assessores. O senador disse ter encontrado na reserva, localizada em terras dos estados do Amazonas e de Roraima, um povo disposto a lutar por sua cultura e pelas condições de vida que estabeleceu como as melhores para seus 1.287 integrantes.

Entre os direitos que os índios acreditam como legítimos, destaca-se

o controle seletivo do trânsito na BR-174, que liga Manaus a Boa Vista. No período compreendido entre 18h e 6h, uma barreira com correntes impede a passagem de veículos, com exceção daqueles transportando doentes, dos ônibus de passageiros e de caminhões com cargas perecíveis. A medida, porém, como observou João Pedro, está sendo questionada na Justiça Federal.

– Os waimiris-atroaris são brasileiros felizes e desejosos da paz permanente. Mas estão conscientes, também, de



Foto: José Cruz

Segundo João Pedro, os waimiris-atroaris são desejosos da paz permanente

que a felicidade e a paz dependem da compreensão de que eles têm o direito de viver com dignidade – argumentou o senador.



Geacchi/Vegô

Flexa Ribeiro: avanços em ciência são estratégicos

Flexa Ribeiro quer mais recursos para pesquisa na Amazônia

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) reivindicou ontem mais investimentos em projetos de desenvolvimento tecnológico sustentável na região amazônica. Os avanços em ciência e tecnologia, aliados à preservação e ao uso consciente dos recursos naturais, ressaltou, são elementos estratégicos da política de desenvolvimento regional e nacional.

Conforme o senador, um dos mecanismos de política de desenvolvimento é a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que publicou edital anunciando a alocação de R\$ 450 milhões para projetos de inovação tecnológica, 30% deles para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A realidade, no entanto, disse, mostra que somente 11% dos recursos foram concedidos a essas regiões. E nenhum projeto foi aprovado para o Pará, lamentou.



Geacchi/Vegô

Papaléo: é preciso reprimir crimes e investir em turismo

Papaléo cobra ação do governo federal em Oiapoque

Papaléo Paes (PSDB-AP) chamou atenção para a situação de Oiapoque (AP), no extremo norte do Brasil, que, disse, sofre com a falta de investimentos governamentais. O senador citou reportagem sobre a região veiculada na noite de segunda-feira pela TV Globo, que relatou que a “cidade de 19 mil habitantes tem jeito de faroeste, tudo gira em torno do ouro e do euro” – moeda presente na economia local em virtude da fronteira com a Guiana Francesa.

– Por ser uma zona de fronteira, é preciso que o governo federal aja. Além de reprimir o tráfico de drogas e de pessoas, bem como a prostituição, é necessário investir no potencial turístico da região, pois o turismo gera empregos e abre novas perspectivas para os habitantes do município.

“O Parlamento nunca foi tão exposto como atualmente”

Em entrevista à Rádio Senado, o presidente Garibaldi Alves analisou a relação entre os políticos e a imprensa. Em sua opinião, não há necessidade de uma lei que regule a atividade jornalística, mas, se ela existisse, poderia “evitar alguns excessos”.

– Essa lei ainda não veio porque realmente o que se teme é que uma lei, em vez de regular, possa restringir.

Ele lembrou que nunca

o Parlamento esteve tão exposto como atualmente, quando repórteres, da Casa e privados, acompanham as atividades que aqui se passam. Garibaldi Alves lembrou que a TV Senado lembrou que a TV Senado “expõe o senador desde as primeiras horas da manhã”, desde as atividades nas comissões até as sessões plenárias.

– Nunca se viu uma exposição como essa. É um verdadeiro *Big Brother* mesmo – observou.

Garibaldi volta a pedir a regulamentação do lobby

“Acabar com a clandestinidade do lobby é fazer emergir o verdadeiro lobby.” A afirmação é do presidente do Senado, Garibaldi Alves, ao ser questionado por jornalistas por que ele defende a regulamentação da atividade. Segundo ele, a medida dará transparência a uma atividade que, sem a devida legislação, “ameaça as instituições e possibilita a corrupção”.

O senador lembrou que o projeto que regulamenta a matéria (PLS 203/89), de autoria de Marco Maciel (DEM-PE), está em tramitação há quase 20 anos no Legislativo.

Com relação ao Fundo

Soberano, proposto pelo governo federal, Garibaldi afirmou não poder garantir que a matéria será votada em Plenário nesta semana. Segundo ele, a prioridade será o exame das medidas provisórias que trancam a pauta.

Com relação às medidas provisórias (MPs 440/08 e 441/08) que concedem aumentos salariais para mais de 450 servidores públicos, o senador negou que as propostas configurem algum tipo de manobra do governo. Garibaldi afirmou aos jornalistas que as duas matérias são fruto de acordos fechados com várias categorias profissionais.



Lenora/Agência

Garibaldi: MPs terão prioridade de votação esta semana

Ideli volta a criticar ação contra piso salarial para professores

Em pronunciamento realizado ontem, Ideli Salvatti (PT-SC) voltou a criticar a decisão de cinco governadores estaduais que ingressaram com ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Lei 11.738/08, que estabeleceu o piso salarial para os professores da educação básica.

A senadora defendeu um entendimento sobre a questão e disse que fará protestos diários no Plenário do Senado até que os autores retirem a ação, já que a lei atende a uma reivindicação "justa e legítima de professores de todo o Brasil". Na avaliação da parlamentar, a decisão dos governadores tem "um viés político, partidário, explícito e escancarado", antecipando as eleições presidenciais de 2010.

Ideli adiantou que a senadora Fátima Cleide (PT-RO) e os integrantes da Frente Parlamentar em Defesa da Implantação do Piso Salarial para os Professores aguardam audiência com o relator da Adin no STF, ministro Joaquim Barbosa, para tratar do assunto.



Ideli Salvatti quer entendimento para forçar os governadores a recuarem

Impetrada no STF no último dia 29, a ação é assinada pelos governadores do Paraná, Roberto Requião; de Santa Catarina, Luiz Henrique; de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli; do Ceará, Cid Gomes; e do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, sob a alegação de que a lei não encontra amparo orçamentário nos estados. Os autores afirmam contar com o apoio de outros governadores. Ideli diz que eles querem derrubar dispositivo da lei que dá início à obrigatoriedade da aplicação da norma em janeiro de 2009.

Virgílio destaca decisão do STJ que favorece Manaus

Arthur Virgílio (PSDB-AM) saudou a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), tomada na tarde de ontem, que favoreceu a capital de seu estado. Por 5 votos a zero, uma das turmas do STJ julgou que o município de Coari (AM) estava recebendo R\$ 7 milhões a mais por mês dos royalties de petróleo a que tem direito, devido a "um erro clamoroso do governo do estado". Esse dinheiro, explicou o senador, deveria estar sendo encaminhado à prefeitura de Manaus, que, com a deliberação do STJ, passa a ter direito a receber um passivo acumulado de R\$ 200 milhões.



Segundo Virgílio, prefeitura receberá passivo acumulado de R\$ 200 milhões

vereadores de vários partidos.

— Começa-se a amadurecer a visão sobre a política. Nada de destruir o que o outro fez, mas, sim, continuar as coisas boas — afirmou o parlamentar.

Virgílio desejou que o prefeito eleito de Coari "não repita a tragédia que foram os mandatos anteriores do seu antecessor". Lembrou as diversas denúncias de desvio de recursos e de enriquecimento ilícito levantadas contra o prefeito, cujo nome não citou. Destacou também que Coari tem 65 mil habitantes e uma das maiores rendas per capita do país.

Cidadania infantil e PUC de Minas são temas de sessões especiais

O Plenário do Senado aprovou ontem, em votação simbólica, requerimento da senadora Fátima Cleide (PT-RO) solicitando a realização de sessão especial no dia 20 de novembro para celebrar o lançamento do 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância. Também foi acolhido requerimento do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) para homenagear a Pontifícia Universidade Católica de Mi-

nas Gerais (PUC-MG), no dia 14 de dezembro.

O 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância é um documento elaborado pelas organizações não-governamentais Conferência Criança Brasil no Milênio (CCBM) e Organização pela Preservação Ambiental (OPA). A proposta é incentivar o treinamento voluntário e o exercício da cidadania pelas crianças entre seis e 13 anos de idade.

Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto de iniciativa do Senado que aumenta as penas para os pedófilos e torna crime a posse de material pornográfico envolvendo criança e adolescente

Proposta que amplia a ofensiva contra os pedófilos segue para sanção do Executivo

A CÂMARA DOS Deputados aprovou ontem, sem modificações, o projeto de lei do Senado que torna crime a posse de material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes e que aumenta as penas dos delitos relativos à prática da pedofilia. O texto, que havia sido acolhido pelo Senado em julho, foi proposto pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia e agora segue para a sanção presidencial.

A proposição torna mais clara a legislação para coibir com melhor eficácia a prática da pedofilia, intensificando o combate à produção, à venda, à distribuição e ao

armazenamento de pornografia infantil, criminalizando condutas como a aquisição e a posse de material com esse tipo de conteúdo por meio da internet.

As penas poderão ser mais pesadas para pais ou responsáveis que praticarem as condutas consideradas como criminosas com menores sob sua guarda. O texto define algumas situações agravantes que podem aumentar a pena em até um terço. Isso ocorrerá, por exemplo, se aquele que praticar o crime o fizer no exercício de cargo ou função pública, ou a pretexto de exercê-la. Também terá a pena ampliada o criminoso que tirar

vantagem de relações domésticas, de coabitação ou hospitalidade e se o crime for cometido por parente até terceiro grau ou que seja ainda tutor, curador, preceptor, empregador ou tenha autoridade sobre a vítima.

De acordo com o projeto, aliciar, instigar ou constranger criança, por qualquer meio de comunicação a praticar "ato libidinoso" será crime passível de pena de um a três anos de reclusão, além de multa. Nas mesmas penas incorrerão aqueles que facilitarem ou induzirem o acesso de crianças a material pornográfico ou as levarem a se exibirem de forma sexualmente explícita.

O projeto também define pornografia infantil, que passará a compreender "qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas ou insinuadas, ou exibição dos órgãos genitais para fins primordialmente sexuais".

A proposta também modifica o artigo 240 do Estatuto da Criança e do Adolescente para punir quem "produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena

de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente". A pena para esses delitos, conforme o projeto, será de quatro a oito anos, mais multa. Quem contribuir para que haja participação de criança ou adolescente nessas cenas também incorrerá nas mesmas penas. A lei atual pune apenas quem contracenava com as crianças e adoles-

Proposição foi apresentada pela CPI da Pedofilia, que ainda está em funcionamento

centes. Quem vende ou expõe à venda fotografia, vídeo ou outro registro

que contenha sexo explícito ou pornográfico envolvendo criança e adolescente estará sujeito a pena de quatro a oito anos, além de multa. A distribuição de material contendo pornografia infantil — seja oferecendo, trocando, transmitindo, publicando ou divulgando por qualquer meio, inclusive pela internet — passará a ser punida com pena de reclusão de três a seis anos.

Os provedores de internet que asseguram os meios ou serviços para armazenamento dessas imagens ou que asseguram o acesso pela rede a essas informações também estarão passíveis de punição.



Magno Malta diz que matéria poderá ser sancionada no dia 28 deste mês

Presidente da CPI, Magno Malta comemora a aprovação

Magno Malta (PR-ES) comemorou a aprovação na Câmara do projeto que aprimora o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminaliza a aquisição e a posse de tal material.

De iniciativa da CPI da Pedofilia, presidida por Malta, a proposta estabelece que quem produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena

de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo menores, estará sujeito a reclusão de quatro a oito anos.

— A única lei que tínhamos aqui dizia que você pode ter qualquer barbaridade contra criança que você não é criminoso, a não ser que seja pego teclando. Eu não sei quem escreveu esse texto e onde estava a cabeça dos que votaram esse texto, porque o sujeito que acumula uma,

duas, três, dez imagens de crianças sendo abusadas no computador é pedófilo — disse o senador.

Malta anunciou ainda que está propondo um projeto "para que as embaixadas do Brasil no mundo inteiro, ao concederem um visto, exijam a ficha criminal do indivíduo que deseja entrar no país", seja para negócio, seja para turismo.

— Se for constatado que há uma

investigação de abuso contra criança ou que ele já cumpra pena de abuso contra criança, esse cidadão não poderá entrar no Brasil.

O senador afirmou que a proposta aprovada pela Câmara pode ser sancionada pelo Presidente Lula dia 28, no Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que se realizará no Rio de Janeiro.

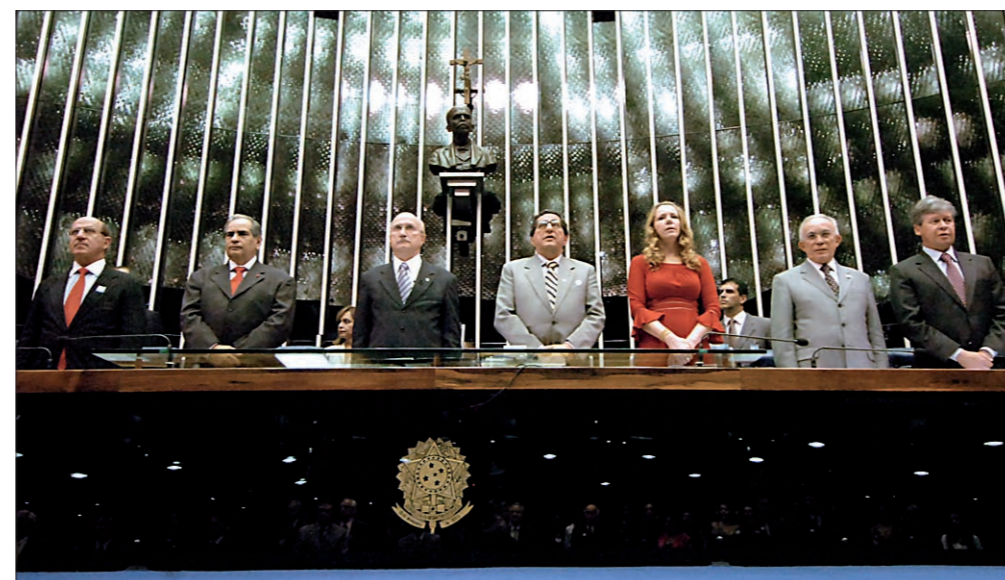
Congresso homenageia Teatro Experimental do Sesc de Manaus

O Congresso Nacional comemorou ontem, em sessão solene, os 40 anos do Teatro Experimental do Serviço Social do Comércio do Amazonas. A homenagem atendeu a requerimento do senador Adelmir Santana (DEM-DF), que ressaltou a importância das quatro décadas de atividade do teatro, num país, conforme destacou o parlamentar, onde os grupos artísticos e as atividades culturais têm vida efêmera. Na sua avaliação, a arte pode transformar a vida do cidadão e emprestar a força para encarar os desafios.

Ao abrir a sessão, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, também entendeu que o fato

era uma "efeméride rara no Brasil". Já o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) lembrou que foi a ousadia a marca da estreia do Teatro Experimental quando, em 1968, na pior fase do regime militar, o grupo encenou a peça *Eles não usam black tie*, de Gianfrancesco Guarnieri, que trata de uma greve operária.

O senador João Pedro (PT-AM) destacou que o grupo tem compromisso histórico com os povos indígenas. O parlamentar citou o escritor Márcio de Souza, diretor do teatro, como exemplo desse compromisso. Parte da sessão foi presidida pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).



Marrom Abib (E), José Roberto, Serraglio, Márcio Souza, Vanessa Graziotim, Adelmir Santana e Arthur Virgílio

Analista de sistemas: regulamentação ainda sem consenso



José Carlos Maldonado, Marco Maciel e Jarbas Vasconcelos durante o debate

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizou audiência pública sobre a regulamentação da profissão de analista de sistemas, proposta em projeto de lei (PLS 607/07) do senador Expedito Júnior (PR-RO). Não houve consenso entre os convidados.

O presidente da Sociedade Brasileira de Computação (SBC), José Carlos Maldonado, e o professor do Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Roberto Bigonha, contrários à proposição, defenderam a liberdade de exercício da profissão. Para os dois, o importante é a qualidade do serviço prestado, e o projeto, disseram, criaria uma reserva de

mercado.

Já o presidente do Sindicato de Profissionais de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, Antônio Fernandes dos Santos Neto, é a favor da regulamentação.

O representante do Ministério do Trabalho, Márcio Alves Borges, disse que a preocupação do governo é resguardar direitos sem criar reserva de mercado.

Expedito Júnior quer o debate de toda a regulamentação profissional na área de informática. Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), que propôs a audiência, disse que o assunto é complexo e que é preciso defender também a demanda das pessoas que não são analistas.

Jefferson ressalta simpósio sobre controle de obra pública

Jefferson Praia (PDT-AM) destacou na noite de ontem as conclusões do 12º Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas (Sinaop), realizado de 3 a 7 deste mês, no Auditório Petrônio Portela, do Senado. Ele participou do encontro como orador e representante do presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves Filho.

Conforme Jefferson Praia, o simpósio teve como objetivo o debate e a troca de informações sobre o controle de obras públicas visando à integração de ações institucionais destinadas ao bom andamento desses empreendimentos. O Sinaop foi possível graças ao trabalho conjunto de entidades governamentais e não-governamentais, coordenadas pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas e pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas, disse.

— As propostas aprovadas no simpósio destinam-se a fortalecer a eficiência, a eficácia e a efetividade do controle das obras públicas e, assim, eliminar os inúmeros "ralos" por onde hoje se esvai o suado dinheiro do contribuinte, deixando a sociedade à míngua



Jefferson Praia: objetivo é eliminar "ralos" por onde se esvai o dinheiro

das obras e dos serviços indispensáveis ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar geral.

Segundo Jefferson Praia, foram aprovados, por exemplo, a criação de bancos de dados nacionais oficiais com cadastro de licitantes declarados inidôneos; a uniformização do entendimento sobre temas comuns no dia-a-dia dos poderes, como superfaturamento e fraude; a promoção de trabalhos conjuntos em ações de combate à corrupção; e o aperfeiçoamento do mecanismo de bloqueio, no Orçamento, da execução de obras com indícios de irregularidades. Ele foi apertado por João Pedro (PT-AM).

Violência continua apesar da Lei Maria da Penha, alerta Serys

A senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) lamentou em Plenário que, apesar da vigência da Lei Maria da Penha, que pune a violência contra as mulheres, continuam a ocorrer no país crimes que chocam a população. Lembrou que o jornal *Correio Braziliense* de ontem estampou em manchete que "Brasília é uma cidade que espanca mulheres". A reportagem revela que, somente neste ano, 371 brasilienses chegaram espancadas, esfaqueadas ou violentadas às emergências dos hospitais da capital federal.

— Se isso acontece em Brasília, dá para imaginar o que ocorre no resto do país. Não é só em Brasília que há violência contra as mulheres. Em Pernambuco, houve em média um assassinato de mulher por dia, em 2006 e 2007. Elas foram assassinadas. Não estamos falando em lesão corporal, em humilhação, em qualquer tipo de discriminação — disse a senadora.

Para Serys Silhessarenko, "é estarrecedor perceber que esses monstros encontram no assassinato a melhor solução" para



Serys lembra que, em 2007, uma mulher foi assassinada por dia em PE

seus conflitos com as mulheres, "um desrespeito que remonta às mais antigas e vergonhosas origens de uma postura senhorial de posse, como se as mulheres fossem propriedade dos homens", afirmou.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) registrou, ao se solidarizar com Serys Silhessarenko, que nos últimos dias os paranaenses ficaram chocados com os crimes bárbaros que vitimaram três meninas, a mais nova com apenas 3 anos de idade. As outras tinham 8 e 9 anos, ressaltou.

Cristovam lamenta a agressão doméstica contra as mulheres

Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou ontem, durante pronunciamento em Plenário, a violência que ainda é praticada contra as mulheres em seus próprios lares, ao comentar reportagem do jornal *Correio Braziliense*. O senador lembrou que a questão o surpreendera em meados dos anos 90, quando ele percorreu o Distrito Federal em campanha ao governo local.

— O que mais chocou foi a violência que as mulheres diziam que sofriam de maridos, filhos e parentes sob o mesmo teto. Foi um aprendizado trágico que tive, conversando com mulheres do DF. Vejo que essa realidade não mudou, tantos anos depois. O país tem que vencer a tragédia da violência doméstica, que toca sobretudo as mulheres e também, de forma dramática, as crianças — lamentou Cristovam.

O parlamentar ressaltou, no entanto, que as mulheres também sofrem uma violência invisível, tão brutal quanto a agressão física, mas que não chega às páginas dos jornais. Trata-se da violência praticada



Cristovam: é também violento não garantir escola para a criança pobre

contra a mulher pobre cujo filho não dispõe de escola para estudar, conforme o senador.

— Quando a criança vai para escola e não há aula, o pai pode ficar preocupado, mas a violência real é sobre a mãe, que, muitas vezes, não tendo a escola do filho, perde o emprego para poder cuidar dele. Quando os professores fazem greve, devemos nos lembrar que, por mais justa, necessária e positiva que venha a ser na defesa da educação, é uma violência contra as mulheres mães das crianças que ficam sem aula — afirmou.

Concurso não deverá ser anulado, diz diretor-geral adjunto do Senado

O diretor-geral adjunto do Senado, Alexandre Gazineo, informou que não há elementos que justifiquem a anulação das provas do concurso realizado domingo para o preenchimento de 91 cargos de nível superior e 59 de nível médio na Casa. As provas foram aplicadas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) junto a 42.970 inscritos.

Segundo matéria do jornal *Correio Braziliense*, diversos

candidatos acusam a FGV de desorganização na aplicação das provas. Eles consideram que vários itens do edital foram desrespeitados, como o uso de materiais não permitidos na hora do exame e a ausência de detectores de metais nos banheiros.

— O andamento do concurso segue normal. Esperamos que se dê a homologação no final do mês de dezembro — afirmou Gazineo.

Mozarildo homenageia seu ex-professor

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) homenageou seu ex-professor de Medicina, Sílvio Lofêgo Botelho, na passagem dos 30 anos de seu falecimento. O senador disse que Sílvio foi deputado federal por três mandatos e é pai do senador Augusto Botelho (PT-RR).

Mozarildo disse que passou todas as férias dos seis anos do curso dentro

do hospital de Boa Vista, em Roraima, aprendendo Medicina com seu ex-professor. O senador ressaltou que Sílvio Botelho foi também seu professor de política, ao lhe inspirar o desejo de tratar de "um doente maior, que é o nosso estado, que é o nosso país", além de levar para a vida pública os princípios humanistas da Medicina.

Dornelles lamenta morte de Mussa Demes

Em nome do Partido Progressista, que preside, Francisco Dornelles (RJ) lamentou a morte do deputado Mussa Demes (DEM-PI), ocorrida na semana passada, em Fortaleza. Dornelles disse ter acompanhado o trabalho desenvolvido por Demes nas secretarias de Finanças do Ceará e do Piauí.

O senador lembrou que, durante a

Constituinte, Mussa Demes foi vice-presidente da Comissão de Tributação e Finanças "e já alertava que, ao restringir a base de cálculo dos fundos de participação dos estados e municípios, o governo simplesmente criaria outras contribuições, que não seriam compartilhadas, para reduzir o repasse de recursos".

Azeredo propõe debate sobre eleição para Parlasul

Senador sugere que escolha de parlamentares que representarão o Brasil seja feita durante as eleições presidenciais, pelo voto em lista apresentada pelos vários partidos

A NECESSIDADE DE o Brasil iniciar o debate a respeito de como se processará a eleição dos representantes do país no Parlamento do Mercosul, que deve escolher seus integrantes em 2010, foi apontada por Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

– Como faremos essa eleição dos representantes do Brasil, do país como um todo? Só temos eleições nacionais para o presidente da República e seu vice. Esse é um desafio que se coloca. Acredito que é o momento de iniciarmos a discussão das várias sugestões, das várias possibilidades – declarou.

Ele apontou algumas sugestões, como a distribuição pelo número de estados, a exemplo do que acontece com a eleição para o Senado; a escolha pelo sistema distrital, com candidatos por regiões; e ainda a possibilidade de voto em lista, opção defendida pelo parlamentar e por seu partido.

Em sua avaliação, ela deveria ocorrer de forma simultânea



Azeredo quer testar na escolha de representantes o sistema de listas

com a escolha de presidente da República, senadores, deputados e governadores.

– Teríamos uma lista nacional. Seria uma primeira experiência no sistema de listas no Brasil, como um todo. E aí teríamos, realmente, a lista apresentada pelos vários partidos.

Azeredo se lembrou ainda da necessidade de definição a respeito do número de parlamentares – se ela ocorrerá respeitando a proporcionalidade em relação à população, já que hoje o nú-

mero de 18 representantes é o mesmo para cada um dos países integrantes do bloco.

Apartes

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) mencionou ter dúvidas a respeito da eleição por listas. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) citou conflitos a respeito do número de representantes de cada país, já que o Paraguai, por exemplo, não aceita a proporcionalidade e afirmou ser necessário mudar a Constituição federal para que essa escolha se processe de forma direta, tema reforçado pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

José Nery (PSOL-PA) pediu a ampliação do debate, já que a população conhece pouco a respeito do próprio Mercosul. Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu a realização de uma reforma política e a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) lembrou que a idéia no Mercosul é de país, e não de estados, e que este é o momento para consolidar o bloco.

Suplicy: Obama defenderá queda do muro entre EUA e México

da América Latina".

Para demonstrar o motivo de sua esperança, o senador leu este trecho do discurso de vitória de Obama: "Como disse Lincoln a uma nação muito mais dividida que a nossa, não somos inimigos, mas amigos. Embora as paixões nos tenham colocado sob tensão, não devem romper nossos laços de afeto".

Suplicy louvou o "caráter conciliador" de Obama, que elogiou o adversário derrotado, John McCain, e abriu diálogo com os eleitores deste último, cujo apoio ainda espera con-

quistar. Ele qualificou a eleição de Obama como "um fenômeno extraordinário".

Quilombolas

Suplicy também parabenizou o presidente Lula e o Incra pela publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território Quilombola de Alcântara (MA). De acordo com Suplicy, a publicação "ampara significativamente a reivindicação territorial das cerca de cem comunidades que vivem naquela região [de 78,1 mil hectares] e que representam mais de 3.550 famílias".

Senadores tchecos visitam o Parlamento brasileiro

Senadores da Comissão para Desenvolvimento Local, Administração Pública e Meio Ambiente da República Tcheca visitaram ontem o Parlamento brasileiro. Uma comitiva de senadores brasileiros poderá visitar em breve aquele país, em retribuição.

O convite foi feito pelo vice-presidente do Senado tcheco, Jiri Liska, ao presidente Garibaldi Alves Filho, a quem reclamou da falta de reciprocidade brasileira em relação às visitas.

A queixa foi feita no momento em que Garibaldi lembrou a Jiri Liska que o Brasil é, atualmente, na América Latina, o parceiro mais importante na área econômica da República Tcheca, que integra a União Européia desde 2004.

Durante o encontro, que ocorreu na Presidência da Casa,

Garibaldi e os senadores tchecos discutiram a crise financeira internacional e a eleição de Barack Obama para a Presidência dos Estados Unidos. Depois, acompanhados ainda de Garibaldi, conheceram o Plenário.

Após o encontro, os senadores tchecos fizeram uma visita às comissões técnicas. Além do vice-presidente do Senado tcheco, participaram da visita os senadores Pavel Eybert, Jan Hornik e Petr Vicha, acompanhados do embaixador daquele país no Brasil, Ivan Jancárek.

Energia

Antes de receber a comitiva tcheca, Garibaldi esteve no Tribunal de Contas da União, onde participou da abertura do seminário "A Nova Matriz Energética Brasileira", que se encerra hoje.



Na CMA, Marisa Serrano recebe delegação de senadores da República Tcheca

Marisa relata dificuldade do país para manter equilíbrio ambiental

O maior problema que o Brasil enfrenta para manter equilíbrio do meio ambiente está na educação e na formação da população. A afirmação foi feita por Marisa Serrano (PSDB-MS) a membros da delegação da República Tcheca que visitou ontem a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A senadora, que é vice-presidente da CMA, fez um relato da situação econômica e social do país e destacou que o Brasil é heterogêneo, com os maio-

res problemas, sobretudo nos setores de infra-estrutura e educação, localizados na região Nordeste. Marisa pediu aos parlamentares tchecos que estudem a viabilidade de fornecimento, ao Brasil, de tecnologia para o reaproveitamento da água. A delegação mostrou-se inclinada a atender a solicitação.

Ao final do encontro, a senadora convidou a missão tcheca para um almoço com Marconi Perillo (PSDB-GO), presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).



Suplicy elogia "caráter conciliador" do presidente eleito dos Estados Unidos

O presidente eleito dos Estados Unidos, Barack Obama, na opinião de Eduardo Suplicy (PT-SP), "estará em breve contribuindo para acabar com o muro que separa os Estados Unidos do México e do restante

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Papaléo Paes • Efraim Morais • Augusto Botelho • Geraldo Mesquita Júnior • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Ery Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

CAE aprova projeto que dá condições especiais para regularizar microempresas com faturamento anual de até R\$ 36 mil. Proposta vai a Plenário

Oportunidade para legalizar pequenos negócios

BRASILEIROS QUE POSSUEM pequenos negócios, com faturamento anual de até R\$ 36 mil, podem ganhar condições especiais para legalizar suas atividades e, com isso, contar com a proteção da Previdência Social. Conforme projeto da Câmara (PLC 128/08) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), esses empreendedores terão direito de aderir ao Simples Nacional pagando uma contribuição mensal à Previdência estipulada em percentual fixo de 11% do salário mínimo – R\$ 45,65 em valores de hoje. Será acrescido ainda encargo de R\$ 1 do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no caso de atividades no ramo industrial ou comercial, e de R\$ 5, se prestação de serviços.

O Simples Nacional é o regime tributário simplificado previsto no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei 123/06-Complementar). Quem fatura até R\$ 36 mil por ano fará parte da categoria do microempreendedor individual (MEI), que entra em vigor em julho de 2009.

A proposta também envolve outras modificações no Super-simples, como a ampliação do leque de serviços que podem se beneficiar do regime de tributação simplificado.

Se a matéria for transformada em lei, poderão aderir pequenas e microempresas dos ramos de representação comercial, corretagem de seguro, paisagismo e decoração, serviços escolares e escolas técnicas, além de clínicas médicas e odontológicas. Uma das emendas também assegura a opção ao Simples de serviços de contabilidade, desde que os prestadores ofereçam serviços gratuitos para a formalização de microempreendimentos dentro do MEI.

Agora, a proposição vai a Plenário, com pedido de urgência aprovado pela CAE, apresentado pelo relator da matéria, Adelmir Santana (DEM-DF). O projeto deverá, em seguida, retornar à Câmara.

Discordância

Adelmir Santana esclareceu que as modificações envolveram negociações com diversos órgãos, inclusive a Receita Federal. Durante a votação, entretanto, ficou evidenciada discordância em relação à emenda 23, em que o relator aglutinou propostas para a inclusão de novos segmentos de serviços no Simples. A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) apelou para a retirada da emenda, segundo ela, uma medida meritória, mas temerária.

– Não podemos aprovar essa emenda sem a garantia de que os efeitos são os pretendidos. Há risco de que esse simples artigo leve ao desemprego e à terceirização forçada – argumentou.

Serys apresentou destaque para que o trecho fosse votado em separado. No entanto, só conseguiu apoio do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).



Relator da matéria, Adelmir Santana (E) ouve Renato Casagrande. Serys Slhessarenko manifestou-se contra a inclusão de novos segmentos de serviços no Simples

Projeto do Sacoleiro vai a Plenário

O projeto do governo que instituiu o regime de tributação unificada (RTU) para mercadorias importadas do Paraguai, destinado a regulamentar as atividades desenvolvidas pelos chamados sacoleiros, será agora examinado diretamente em Plenário. O anúncio foi feito pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos.

Conforme Suplicy, a decisão foi tomada em reunião patrocinada pela liderança do governo, na semana passada. Com participação da Secretaria da Receita Federal, o encontro envolveu ainda os relatores da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Serys Slhessarenko (PT-MT), e na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Tasso Jereissati (PSDB-CE). Pelo acordo, as três comissões vão preparar, para exame em Plenário, pareceres convergentes. Aprovada pela Câmara na forma de substitutivo, a proposição estabelece uma alíquota única de 42,25% sobre o preço das mercadorias compradas no Paraguai pelos sacoleiros. Em princípio, a idéia é levar a matéria à votação na quarta-feira da próxima semana.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), um dos principais críticos do projeto, confirmou os termos do acordo. Segundo ele, a preocupação com os sacoleiros é relevante, mas seria um “tiro no pé” solucionar uma questão do interesse de até 6 mil pessoas “promovendo o desemprego de outras 20 mil na Zona Franca de Manaus e muitas mais em estados do Centro-Sul do país”.

Ceará poderá fazer empréstimo de US\$ 240 milhões

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou pedido de autorização do estado do Ceará para tomar empréstimo externo de US\$ 240 milhões. Os recursos, a serem liberados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird, ou Banco Mundial), financiarão parcialmente o Projeto de Apoio à Inclusão Social e ao Desenvolvimento Econômico do Ceará. Será necessária ainda a aprovação no Plenário do Senado.

Segundo o relator, Renato Casagrande (PSB-ES), a operação faz parte dos financiamentos do Bird destinados a programas que já vêm sendo executados com recursos próprios dos governos. O senador afirmou que, por meio desse tipo de empréstimo, o banco reembolsa até 30% dos gastos efetuados nas áreas de educação, saúde, gestão de recursos hídricos, abastecimento de água e esgotamento sanitário, meio empresarial e inovação e gestão do setor público.

Casagrande observou que a Secretaria do Tesouro Nacional indicou, em parecer de 15 de outubro, a existência de um débito do Ceará com a União – o que significa descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Mas, conforme o parlamentar, parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, de 20 de outubro, informa o equacionamento da pendência.

O senador destacou ainda que o mesmo parecer aponta um registro de pendência de prestação de contas da Secretaria de Turismo do Ceará relativo a um convênio – o que também representa descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Renato Casagrande disse que, para obter a garantia da União sobre o empréstimo, essa pendência deverá ser resolvida antes da assinatura do contrato com o Bird. A matéria tramita na Casa sob a forma da Mensagem 207/08.

CAE debate crise e Fundo Soberano

O vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Eliseu Resende (DEM-MG), anunciou ontem que a comissão realizará amanhã, a partir das 10h, audiência pública para debater a crise financeira internacional. Foram convidados, como expositores, o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga e o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Na próxima terça-feira, a comissão promoverá outra audiência pública, desta vez para discutir a criação do Fundo Soberano. Participarão do debate o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, e o ministro Miguel Jorge, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Empréstimos

A CAE apresentou parecer favorável aos pedidos de autorização para que a cidade de Goiânia e o estado de Sergipe contraíssem empréstimos externos. A operação relativa a Goiânia envolve montante de US\$ 56,7 milhões, a serem financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que se destinam ao financiamento adicional do Programa Urbano Ambiental Macambira-Anicuns. Já a segunda operação refere-se a um total de US\$ 20,8 milhões, que serão liberados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), que visam financiar o Projeto Integrado do Estado de Sergipe: Pobreza Rural – 2ª Fase. As matérias ainda vão a Plenário.

Saúde da Família terá crédito do Banco Mundial

Com o objetivo de financiar parcialmente o Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (Proesf II), foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos mensagem do Executivo solicitando autorização do Senado para contratar empréstimo externo de US\$ 83,45 milhões com o Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento. A proposição contará com investimentos de US\$ 166,9 milhões.

O relator, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), ressalta no parecer, como objetivos do projeto, aumentar o acesso a atendimento primário de saúde da família nos municípios qualificados; melhorar a qualidade técnica do atendimento primário (e a satisfação dos pacientes com o referido atendimento); e melhorar a eficiência e a efetividade dos prestadores de serviços de saúde da família, bem como o sistema de distribuição mais amplo. A mensagem (209/08) será submetida agora à deliberação do Plenário.

Banco Central

Também foi acolhido pela CAE, e vai ao Plenário, projeto de lei do governo federal que fixa encargos sobre os créditos do Banco Central (BC) não pagos na data do vencimento. O texto (PLC 28/08), que já passou pela Câmara dos Deputados, altera o artigo 37 da Lei 10.522/02, que trata do cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais.

No relatório, Neuto de Conto (PMDB-SC) citou o argumento utilizado pelo Ministério da Fazenda para defender a aprovação da matéria: o artigo 37, da forma como está, conteria falhas que não permitem “prever e disciplinar” a incidência de encargos financeiros sobre créditos do BC sujeitos à inscrição e à cobrança como dívida ativa.

A proposta será analisada pelo Plenário do Senado.



Obra em rodovia dará impulso ao turismo em Alagoas, diz Renan

Renan Calheiros cobra rapidez em duplicação de BR

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) informou ontem ter ido, juntamente com o governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, pedir rapidez na publicação do edital para a duplicação de trecho da BR-101.

A duplicação do trecho da BR-101 que atravessa o litoral alagoano foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com inauguração em setembro de 2010. Conforme o senador, a obra facilitará o transporte de cargas e o tráfego de veículos de passeio, incentivando o turismo em Alagoas. O calendário está atrasado e as obras deveriam se iniciar no mês passado, disse Calheiros, que informou ainda ter ficado acertada com o ministro a apresentação, pela bancada do estado, de emenda ao Orçamento para a pavimentação da BR-316, entre Carié e Inajá.



Governador paulista investirá mais do que Lula no PAC, afirma Mão Santa

Mão Santa elogia José Serra e critica o governo de Lula

A gestão do governador de São Paulo, José Serra (PSDB), recebeu ontem elogios do senador Mão Santa (PMDB-PI) pelas medidas de austeridade, que teriam reduzido os gastos do estado. Ele destacou o corte de 15% dos cargos em comissão. Mão Santa citou matéria do jornal *Valor Econômico* segundo a qual o governo paulista investirá mais no desenvolvimento do que o governo federal prevê no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Contra o governo de Serra ao do presidente Lula, o senador disse que “não se vê sobriedade” no governo federal. Lula, apontou ele, fez mais de 50 mil nomeações “pela porta larga da vadiagem, da malandragem, sem concurso público”, com salários de até R\$ 10.148. Mão Santa ainda criticou a saúde e a educação no país: “Os pobres nunca estiveram em situação tão ruim”.

Paim e Mário Couto pedem a Pimentel, em encontro mediado por Garibaldi, apoio do governo a propostas que tratam da recomposição de aposentadorias e da extinção do fator previdenciário, e a emenda que garante reajuste de benefícios

Senadores discutem reajuste de aposentados com ministro

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves, mediu reunião em seu gabinete entre o ministro da Previdência Social, José Pimentel, e os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Mário Couto (PSDB-PA), entre outros.

No encontro, Paim e Mário Couto cobraram de Pimentel apoio à aprovação de dois projetos do senador gaúcho – o PLS 58/03, que busca a recomposição de aposentadorias e pensões ao mesmo valor, em salários mínimos, da data de concessão do benefício; e o PLS 296/03, que extingue o fator previdenciário.

Também defenderam emenda do parlamentar gaúcho ao PLC 42/07, de autoria do Executivo,

que cria uma política de reajuste do salário mínimo. A emenda estabelece que as aposentadorias e pensões serão reajustadas pelo mesmo índice que corrigir o mínimo. Os dois senadores ameaçaram iniciar uma vigília no Plenário do Senado pela aprovação das propostas.

Após a reunião, o ministro da Previdência declarou que o atendimento das reivindicações de Paim e Mário Couto estará condicionado à existência de fontes de recursos no Orçamento de 2009 que possam suportar a elevação de gastos.

– O Congresso tem o direito constitucional de legislar, de aprovar e disciplinar essas regras, mas também tem a res-

ponsabilidade constitucional de indicar quais as fontes de recursos, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Num sistema republicano essa é uma regra básica: não tem benefício sem custeio prévio – explicou.

Nova reunião

Em Plenário, Garibaldi Alves comunicou o agendamento de nova reunião em seu gabinete para tratar do assunto, na próxima terça-feira, dessa vez com a presença também do presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), e do relator da proposta orçamentária para 2009, senador Delcídio Amaral (PT-MS).



Garibaldi (E) mediu encontro entre o ministro Pimentel (primeiro plano, à dir.) e Paim, Mário Couto e Nery (todos à esq.).

Paim anuncia que poderá fazer vigília em Plenário

Paulo Paim disse que fará uma vigília em Plenário se não houver acordo para a aprovação do projeto de sua autoria que recompõe, ao longo de cinco anos, os benefícios dos aposentados (PLS 58/03).

– Se não construirmos uma alternativa, vamos tentar sensibilizar com a vigília. Tomara que não seja necessário – declarou.

O senador explicou que começará o protesto com um dia de vigília e, se não houver resposta satisfatória, na semana que vem fará uma vigília de dois dias; na outra semana, de três dias; até que seja possível “resolver [a questão] de forma equilibrada, dialogando com todos sobre a situação dos aposentados e dos pensionistas”.

Alvaro Dias (PSDB-PR) demonstrou apoio à causa de Paim e lamentou que “o governo ajude prontamente os bancos, por meio de medida provisória, e não demonstre sensibilidade em favor dos aposentados”.

Maternidade

Paim também parabenizou o presidente do Senado, Garibaldi Alves, pela decisão de assegurar às funcionárias da Casa a licença-maternidade de seis meses.

– Quando aprovamos que nos três Poderes, não importa se na cidade, no estado ou em âmbito federal, toda impressão deveria ser em papel reciclado, o Senado deu o exemplo. Foi o primeiro órgão público a fazer a sua parte, não totalmente, mas já dentro do possível. Agora, cumprimento mais uma vez o Senado. Eu tive a alegria de ser o relator do projeto da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) que amplia para seis meses a licença-maternidade. Coloquei uma emenda para que também no serviço público o projeto autorizasse que os três Poderes garantissem à mãe o direito aos seis meses da licença. Foi com alegria que, nesta semana, vi publicado que o Senado já começou, a partir deste mês de novembro, a assegurá-los – disse.

José Nery pede acordo para aprovar projetos

Um “acordo aceitável” para a aprovação de três projetos de lei que beneficiam os aposentados foi defendido por José Nery (PSOL-PA). O senador afirmou que poderá participar da “vigília cívica” sugerida por Paulo Paim para garantir a votação das propostas.

Nery considerou que a reunião ocorrida ontem no gabinete do presidente do Senado para tratar do assunto “não registrou avanços”, mas que o tema voltará a ser debatido na próxima semana, em outro encontro, com a presença de integrantes da Comissão Mista de Orçamento, que não puderam participar ontem.

Em apartes, Paim, Mário Couto e Mesquita Júnior (PMDB-AC) apoiaram o pronunciamento do senador do Pará.

Sindical

Nery manifestou ainda solidariedade às entidades sindicais que promoveram ontem, em Brasília, um protesto “contra a interferência estatal na vida sindical”.

– É um grito de alerta contra os planos de ataque do governo às entidades sindicais, especialmente contra setores que mantêm uma postura de autonomia e de independência frente ao Estado. Além de expressar a minha solidariedade e meu apoio à mobilização nacional dessas categorias, manifesto meu irrestrito apoio à autonomia sindical – disse.

O senador lembrou que é o relator do Projeto de Decreto Legislativo 16/84, que aprova o texto da Convenção 87, relativa à liberdade sindical e à proteção do direito sindical, adotado em 1948 por ocasião da 31ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

– Não deixarei que essa importante decisão continue dormindo nas gavetas desta Casa – afirmou Nery sobre a matéria, que tramita há 24 anos no Congresso Nacional e encontra-se atualmente na CAS.



Senador pede solução para ex-funcionários da Vasp

Alvaro defende beneficiários do fundo Aeros

Uma solução para a recomposição dos recursos dos aposentados e pensionistas do fundo de previdência complementar Aeros, criado em 1978 pela Vasp, foi defendida por Alvaro Dias (PSDB-PR).

Segundo o senador, ao longo dos anos, os administradores, inclusive interventores nomeados pelo governo federal, “dilapidaram o patrimônio dos participantes”. A situação agravou-se em 1990, de acordo com Alvaro, quando a empresa foi privatizada e seu novo presidente, Wagner Canhedo, assumiu o controle do fundo de pensão. Em seguida, o Aeros passou às mãos de um interventor.

– Como esse administrador foi nomeado pelo governo federal, as irregularidades havidas devem ser debitadas ao governo federal.

Sentença

Alvaro ainda classificou como “incompreensível” episódio envolvendo também o governo federal. Obrigado por uma sentença judicial a se responsabilizar pelo pagamento das aposentadorias e pensões dos participantes do Aeros, o governo reconheceu a decisão e editou a Medida Provisória 299/06 para atender a pagamento no valor de R\$ 5,8 milhões, o que foi feito em outubro de 2006. Mas, disse, a Advocacia Geral da União conseguiu uma decisão judicial para que o dinheiro retornasse aos cofres públicos. Ele disse ter recebido as informações da presidente da Associação dos Aeronautas e Aeroviários do Brasil, Maria Aparecida Leite.

– O governo fez uma encenação? Qual foi o propósito de o governo, com uma mão, entregar os recursos e, com a outra mão, sorrateiramente, usando um braço da Justiça, retirar esses recursos? Se fossem banqueiros, o governo agiria dessa forma? – indagou.